

Rafael Gumiero Gonçalves*

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Marabá, Pará, Brasil

Simone Affonso da Silva**

Universidade Federal de Alagoas
Maceió, Alagoas, Brasil

Lisandra Pereira Lamoso***

Universidade Federal da Grande Dourados
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil



Entrevistas com Carlos Antônio Brandão, Clélio Campolina Diniz e Fernando Macedo

Recebido em: 30 out. 2024 **Aprovado em:** 01ª nov. 2024 **Publicado em:** 23 dez. 2024

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.18.36-2>

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional. Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos; graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: gumiero@unifesspa.edu.br

 <http://lattes.cnpq.br/3606249612497573>  <https://orcid.org/0000-0002-6193-8698>

** Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Doutora, Mestre e graduada em Geografia pela Universidade de São Paulo. E-mail: simone.affonso.silva@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/4195346473335405>  <https://orcid.org/0000-0003-1136-876X>

*** Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Geografia. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; Mestre e graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: lisandralamoso@ufgd.edu.br

 <http://lattes.cnpq.br/5623881752715097>  <https://orcid.org/0000-0002-5705-3280>

A organização das entrevistas deste número busca atender uma seção temática no dossiê “Rumos e obstáculos das políticas territoriais, regionais e urbanas no Brasil: o estado da arte e as alternativas para a redução das desigualdades socioespaciais”. Seu propósito é estabelecer o diálogo entre autores do campo do desenvolvimento regional no Brasil sobre temáticas atuais e inquietantes, para avançarmos na compreensão dos problemas que interromperam o desenvolvimento no país em período recente. Esperamos que as entrevistas a seguir possam despertar o senso crítico e interrogações que levem à problematização acerca das desigualdades regionais pelo(a) leitor(a).

As entrevistas foram compostas por três perguntas, buscando dar ênfase em temas transversais e que se complementam.

Nosso primeiro entrevistado é **Carlos Antônio Brandão**, Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Bolsista 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). Suas atividades de docência, pesquisa e extensão se concentram na área do planejamento urbano e regional. Livre-Docente (2003) em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor Titular (2008) em Economia Regional e Urbana pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-doutorado (2020) em Geografia pela Universidade de British Columbia, no Canadá, e Pós-doutorado (2008) em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal. Doutor (1996) pelo Instituto de Economia da Unicamp; Mestre (1984) pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG).

O segundo entrevistado é Clélio Campolina Diniz, Professor Emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com atuação principalmente nos temas relacionados com a economia regional, economia brasileira, economia da tecnologia e desenvolvimento econômico. Pós-Doutor (1991)

pela University of Rutgers, EUA; Doutor (1987) e Mestre (1978) em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui Especialização (1971) em *Desarollo y Planificación* pelo Instituto Latinoamericano de Planificacion Económica y Social da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (ILPES/CEPAL). Graduado em Engenharia Mecânica (1970) e em Engenharia de Operação (1967) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Acumulou e desempenha importantes cargos na área científica. Foi Vice-presidente (desde 2015) da Regional Studies Association, *Fellow* (desde 2015) da Academy of Social Sciences, do Reino Unido, e *Visiting Fellow* (2015) da London School of Economics and Political Science. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (2014); Reitor da UFMG (2010-2014); Diretor-presidente (2007-2009) do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTEC); Coordenador da área de Economia e Representante da área de Economia (2001-2004) na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Presidente (1987-1990) da Câmara de Ciência Sociais Aplicadas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG); e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia da FACE/UFMG (1979-1981; 1984-1985).

O terceiro entrevistado é Fernando Macedo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com experiência na área de Economia Regional e Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas relacionados à economia brasileira, desenvolvimento regional, economia capixaba, economia regional, desenvolvimento econômico e desenvolvimento urbano. Livre-Docente (2010) em Economia Brasileira, na área de Política Econômica e Desenvolvimento Regional, e Doutor (2002) em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Unicamp. Mestre (1997) em Economia e graduado em Ciências Econômicas (1992) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordena o Grupo de Estudos sobre Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE), sediado no Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico da Unicamp. Foi Diretor Técnico Científico (2001-2002) do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e Coordenador da política de C&T do Espírito Santo. Membro do Conselho da TECVITORIA - Incubadora de Empresas (2001-2002) e do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia da

Prefeitura Municipal de Vitória (2000-2002).

Desejamos uma ótima leitura para todos(as) e esperamos que as entrevistas possam colaborar para instigar questões e problematizações em relação às políticas regionais e as suas reverberações no quadro das desigualdades para otimizar a racionalidade para fundamentar pesquisas e caminhos para pensar o desenvolvimento.

* * *

Entrevistadores. Num plano mais geral, entre os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016) logramos importantes avanços no âmbito do planejamento territorial, regional e urbano. Em seguida, tivemos uma involução nos governos de Michel Temer (2016-2017) e de Jair Bolsonaro (2018-2022), marcada pelo reposicionamento de tais temáticas na agenda governamental e pelo desmonte do Estado. Ainda que diversas lacunas, problemas e desafios já se fizessem presentes no período anterior, como a problemática da multiescalaridade e da gestão interfederativa, o diálogo e a cooperação intersetorial/intergovernamental, as fontes de financiamento, a inclusão de temas emergentes como as mudanças climáticas globais e a prevenção e gestão de riscos e desastres etc. No atual governo Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026) houve a recriação de instituições, políticas e instrumentos de planejamento urbano e regional, como do Ministério das Cidades, e a retomada das discussões sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) no Congresso Nacional, além do relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dentre outras iniciativas. Considerando o fortalecimento do agronegócio, de alterações no padrão de acumulação com maior ênfase no rentismo, as tendências do comportamento demográfico divulgadas pelo Censo do IBGE (2022) e a recente mudança no cenário político brasileiro decorrente da última eleição, bem como os antigos e atuais desafios ao desenvolvimento territorial, regional e urbano no Brasil. **Em sua visão, quais elementos e estratégias de Estado seriam prioritários para uma política brasileira de desenvolvimento territorial no**

contexto atual? Em outras palavras, qual seria a agenda do desenvolvimento espacial para os dias atuais? Ainda nessa discussão, quais seriam as teorias, conceitos e autores, clássicos e/ou emergentes, que nos oferecem importantes contribuições para pensar a construção e implementação dessa agenda?

Carlos Brandão. Não resta dúvida que nos quase cinco mil dias em que uma ampla frente política, articulada em torno da liderança de Lula, esteve à frente do governo federal, pode-se experimentar, acumular, aperfeiçoar - através de ensaios, tentativas e erros (e acertos) - uma série de políticas que tiveram inequívocos impactos nos territórios, sobretudo naqueles de maior vulnerabilidade. Sobretudo nesses territórios mais destituídos, a ação concomitante de um amplo espectro de ações públicas (valorização do salário-mínimo, crédito subsidiado, moradia, transferência de renda etc.) deixaram marcas indubitáveis nos espaços urbano-regionais e nas vidas cotidianas das pessoas. Sem dúvida, essa dinâmica transformadora foi mais impactante na macrorregião Nordeste.

Outro ponto a se ressaltar é que naqueles 13 anos se avançou muito na expansão (pela via dos concursos públicos) e consolidação de uma burocracia capacitada e meritocrática, que logrou constituir e estabilizar nas estruturas do Estado Brasileiro uma potente competência para lidar com as problemáticas socioterritoriais através de políticas públicas consistentes.

Tais ações públicas desempenharam um incontestável papel de políticas regionais de natureza implícitas, pois impactaram e modificaram indelevelmente as variadas paisagens rurais-urbano-regionais brasileiras, não pela via dos instrumentos explícitos de corte regional, estabelecidos em sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional [PNDR], mas indiretamente, como resultados das políticas setoriais, sociais, infraestruturais etc. implementadas nestes espaços. Ou seja, foram *políticas com expressão regional*, antes que políticas territoriais-regionais. Os impactos na legitimação política e de sustentação governamental foram diferenciais pelos diversos mundos regionais (Nordeste, Amazônia, Centro-Oeste, Sul-Atlântico). A convergência das políticas macroeconômicas, sociais, setoriais e infraestruturais se processou de forma mais marcante no

macroespaço nordestino.

No geral, o que se teve foram ações importantes, porém pontuais, com marcadas descontinuidades, negligências, não tendo a política regional *stricto sensu* alcançado a devida importância no conjunto das prioridades sancionadas pela específica correlação de forças políticas posta nos últimos anos. Como a principal luta no momento continua a ser a defesa da democracia sob ameaça, será imprescindível potencializar a capacidade de investimentos catalisadores e articulativos de dinâmicas público-privado expansivas; que tenham coordenação federativa, visando superar a ação fragmentada dos três entes, para angariar apoios políticos que sancionem e legitimem a mudança estrutural e o combate às múltiplas desigualdades, inclusive das regionais.

No terceiro Governo Lula, uma série de novas iniciativas, tais como a criação de um Núcleo de Inteligência Regional; do Programa Cidades Intermediadoras; da consolidação e debate dos diagnósticos e orientações estabelecidas nos 3 Planos Macrorregionais (da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste); as potencialidades litorâneas da Amazônia Azul; o diálogo dinâmico e efetivo entre as estratégias regionais com as potencialidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dentre outras frentes prioritárias, vieram se juntar às iniciativas anteriores e aos quatro princípios da PNDR. Nota-se no momento uma melhor articulação com o IBGE e com o BNDES.¹ Neste último que volta a ter papel ativo no fomento ao desenvolvimento, cabe destaque à sua Diretoria Socioambiental, que dialoga com as políticas territoriais, através de suas Área de Desenvolvimento Social e Gestão Pública e seu Departamento de Estratégia Social e Territorial.

Os 4 princípios da PNDR foram mais bem reorganizados em: 1) Convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida; 2) Rede de Cidades mais policêntrica; 3) Competitividade e ganhos de produtividade e a 4) Agregação de valor e diversificação econômica. A inspiração no longo

1 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

aprendizado da política regional europeia é patente. Será preciso desenvolver instrumentos e apoio político para levá-los à plena consecução.

Os problemas advindos de se concentrar no mesmo ministério duas problemáticas compartimentadas e fragmentárias, para além da específica do desenvolvimento regional, - os desastres e da defesa civil e os recursos hídricos - cobrou o seu preço político, devido às articulações conjunturalistas, sobretudo nos momentos de crise de governabilidade, impossibilitando a plena implantação de uma efetiva PNDR. O mais importante a se ressaltar é que, na verdade, a complexidade requerida para a implementação de uma política regional explícita exigiria que seus instrumentos estivessem orientados, coordenados e, sobretudo, assumidos politicamente pelo núcleo duro do poder, que deveriam ser articulados, liderados e coordenados a partir da Presidência da República.

Incontestavelmente, há um acúmulo de experiências de mais de meio século no Brasil de políticas regionais e territoriais. Há um patrimônio de reflexões teóricas e de pesquisas espalhadas por todo o território nacional. Há uma burocracia competente no nível federal. Não obstante, há também a necessidade de uma avaliação mais minuciosa da capacidade e da motivação para a implementação eficaz da política regional nos agentes públicos “da ponta” das ações públicas. Não é por falta de excelentes teorias, formulações conceituais, conhecimento acadêmico e empírico e experiência burocrática do que deveria ser efetivamente realizado pelas políticas regionais explícitas que as ações não engatam e prosperam. Trata-se, na verdade, de serem assumidas como estratégias governamentais estruturais e duradouras que tenham continuidade e sobretudo centralidade no jogo real cotidiano da agenda do poder central.

Clélio Campolina. Minha resposta a esta questão será dada em duas etapas. Na primeira, uma visão ideal ou, talvez, utópica do planejamento regional no Brasil e, na segunda, uma visão de intervenções mais imediatas.

Visão ideal de médio e longo prazo. Em minha visão, o tratamento da dimensão territorial no desenvolvimento do Brasil deveria considerar sua natureza horizontal ou transversal, tendo em vista que todas as decisões gerais, setoriais ou temáticas têm implicações no território.

Embora as regiões possam ter condições naturais e processos ocupacionais e produtivos diferentes, o objetivo final da política regional ou territorial do país deveria ser a busca da coesão econômica, social e política do conjunto do território da Nação. Nesse sentido, os objetivos gerais para o planejamento e ação governamental de natureza territorial, deveriam estar compatibilizados com os objetivos gerais do planejamento nacional e com as demais orientações setoriais ou temáticas, inclusive de natureza macroeconômica e de relações internacionais. Assim, embora difícil, o planejamento precisaria combinar e articular uma visão horizontal do desenvolvimento com seu aprofundamento territorial ou setorial, sem perder a recorrência, a complementaridade e o ajuste das diferentes dimensões.

Do ponto de vista territorial ou regional, é fundamental a identificação dos elementos estruturantes do seu desenvolvimento. Destacam-se o papel das cidades e da infraestrutura de comunicações. A hierarquia urbana e o sistema de comunicações condicionam e determinam a capacidade de polarização e dos fluxos materiais e não materiais (pessoas, mercadorias, informações) entre os diferentes territórios. As cidades e a infraestrutura de comunicações são, portanto, os elementos estruturantes do território. A eles devem se agregar as orientações locais de serviços públicos, com destaque para educação, saúde, saneamento, mobilidade urbana e lazer. Como última etapa as políticas orientadas para a atração de investimentos privados

Um destacado exemplo internacional de política territorial bem-sucedida foi o programa francês de reordenamento territorial nos pós-II Guerra. Visando frear os movimentos migratórios para Paris e melhor distribuir o desenvolvimento no território francês, foram selecionadas um conjunto de cidades, denominadas metrópoles de equilíbrio. Essas receberam apoio para seu desenvolvimento, os sistemas de comunicações foram orientados para fortalecer suas capacidades de polarização, os serviços públicos e as instituições do Governo Central foram redistribuídas entre essas novas metrópoles, e estabelecidos estímulos ao setor privado.

No Brasil, embora a nova capital, Brasília e a infraestrutura de acessibilidade tenham cumprido um papel central no reordenamento do território, as forças centralizadoras nas metrópoles da faixa leste do país

frearam a redução das desigualdades regionais

Adicionalmente, a maioria das políticas continuam guiadas pela ultrapassada divisão do país em cinco macrorregiões, com características internas muito diferenciadas. A essa situação se agrega o desafio da gestão pública com a divisão político-administrativa em 26 Estados, o Distrito Federal e 5.568 municípios, todos com relativa autonomia, conforme estabelece a Constituição Federal.

Vários avanços analíticos vêm sendo feitos nos últimos anos, os quais poderão contribuir para a busca de uma nova regionalização do país para efeitos de políticas territoriais. O exemplo de maior destaque é o estudo sistemático do IBGE sobre as regiões de influência das cidades (REGIC) que indica a estrutura hierarquizada das forças polarizadoras no território brasileiro. Ele deveria ser um dos elementos centrais na busca de nova regionalização para efeitos de políticas públicas.

Outro exemplo foi o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento (MPOG, 2008), coordenado pelo CGEE,² sob encomenda do Ministério do Planejamento, publicado em 2008. Composto de sete volumes, ele propõe uma visão estratégica nacional, com nova regionalização, com escolhas estratégicas, indicação de uma carteira de investimentos, simulando os impactos econômicos e avaliando a sustentabilidade da carteira de investimentos.

O trabalho propõe uma nova divisão territorial em onze macrorregiões segundo a força polarizadora de dezesseis centralidades urbanas, e cento e dezoito sub-regiões segundo a força polarizadora dos próprios macros-polos ou de subpolos de menor dimensão.

A partir daí identifica a existência de onze macro polos consolidados e propõe o reforço de outros sete macro polos, inclusive três deles cumprindo também a função de contribuir para a integração sul-americana. A partir dos cento e dezoito subpolos foram selecionados dezoito sub polos estratégicos.

2 Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Essa combinação tinha como intencionalidade a busca de construção de um país policêntrico e frear a mega concentração nas metrópoles da grande faixa atlântica (Diniz, 2011).

Para a região amazônica, teve-se o cuidado de evitar a urbanização descontrolada da região, propondo o fortalecimento de três aglomerações sub-regionais e três aglomerações locais visando a montagem de centros de pesquisa e apoio à exploração sustentável dos recursos da região (MPOG, 2008, vol. III).

Uma nova regionalização do país para efeitos de política regional permitiria também identificar as diferenças regionais dentro das atuais macrorregiões da política regional oficial (Norte, Nordeste, Centro-Oeste), bem como da identificação de regiões atrasadas ou estagnadas em outros estados da federação, a exemplo da metade sul do Rio Grande do Sul, leste de Minas Gerais, estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Do ponto de vista técnico e instrumental, o Brasil possui experiência e pessoal qualificado para implementação de uma proposta de tal natureza. Ressalte-se a qualificação e a experiência acumulada pelo IBGE, pelo Ministério da Integração, pelo IPEA,³ pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional e pelos bancos públicos de fomento, com destaque para o BNB, BASA, BNDES, BB.⁴

Uma visão de intervenção imediata. Considerada a necessidade de ação imediata e o alto volume de recursos acumulados nos Fundos Constitucionais, sugere-se: a) articular as ações da política regional e das Superintendências regionais com o PPA;⁵ b) como as cidades e a infraestrutura estabelecem os centros polarizadores, promover mudanças legais no critério de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais, incluindo também investimentos em

3 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

4 Respectivamente, Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Banco da Amazônia (BASA); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Brasil (BB).

5 Plano Plurianual.

infraestrutura econômica e social e não somente ao setor privado; c) estabelecer prioridades para projetos industriais orientados para a neointustrialização do país; d) apoiar investimentos em projetos de pesquisa sobre aproveitamento sustentável da biodiversidade; e) priorizar projetos vinculados com a integração produtiva dos grandes projetos industriais em fase de retomada, a exemplo da refinaria, da petroquímica e dos estaleiros no Nordeste; f) priorizar projetos que visem o aproveitamento da energia limpa (solar, eólica, hidrogênio verde), evitando a exportação primária de energia; g) fortalecer polos industriais em cidades medias em regiões selecionadas; h) priorizar projetos industriais à jusante da agropecuária, que ampliem o valor agregado dos bens primários; i) Priorizar, também, projetos industriais à montante da agropecuária (máquinas, equipamentos, insumos), visando uma maior autonomia tecnológica e integração econômica setorial.

Uma visão de intervenção imediata. Considerada a necessidade de ação imediata e o alto volume de recursos acumulados nos Fundos Constitucionais, sugere-se: a) articular as ações da política regional e das Superintendências regionais com o PPA; b) como as cidades e a infraestrutura estabelecem os centros polarizadores, promover mudanças legais no critério de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais, incluindo também investimentos em infraestrutura econômica e social e não somente ao setor privado; c) estabelecer prioridades para projetos industriais orientados para a neointustrialização do país; d) apoiar investimentos em projetos de pesquisa sobre aproveitamento sustentável da biodiversidade; e) priorizar projetos vinculados com a integração produtiva dos grandes projetos industriais em fase de retomada, a exemplo da refinaria, da petroquímica e dos estaleiros no Nordeste; f) priorizar projetos que visem o aproveitamento da energia limpa (solar, eólica, hidrogênio verde), evitando a exportação primária de energia; g) fortalecer polos industriais em cidades medias em regiões selecionadas; h) priorizar projetos industriais à jusante da agropecuária, que ampliem o valor agregado dos bens primários; i) Priorizar, também, projetos industriais à montante da agropecuária (máquinas, equipamentos, insumos), visando uma maior autonomia tecnológica e integração econômica setorial.

Fernando Macedo. O ponto de partida para pensarmos estratégias para o desenvolvimento espacial é, a meu juízo, a construção de políticas estatais que conciliem, em múltiplas escalas e em multiníveis de governo, coesão territorial com bem-estar social, democracia e soberania nacional. A política regional brasileira deve estar consoante com a política econômica mais geral no país. De nada adiantará termos políticas setoriais bem elaboradas se a política econômica interditar a execução delas, como de certa forma vem acontecendo no Brasil desde os anos 1980. As políticas industriais e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) nos governos Lula-Dilma foram exemplos de boa formulação e insucesso na execução, porque, tanto no plano macroeconômico quanto no domínio dos interesses de determinados grupos setoriais, as prioridades foram outras e mormente subordinadas às imposições externas.

A política econômica deveria dar a diretriz geral para o futuro do país e não ficar subordinada aos interesses curto-prazistas do capital financeiro (nacional e, principalmente, internacional) ou de grupos econômicos que conseguiram se inserir na economia global com pesada ajuda pública e que estabeleceram um consenso duvidoso em torno da possibilidade de alcançarmos o desenvolvimento econômico na simples condição de celeiro e/ou supermercado do mundo, sem diversificarmos a nossa base produtiva e avançarmos na produção de bens e serviços intensivos em conhecimento e criatividade, além de ambientalmente sustentáveis.

Se observarmos o que aconteceu neste quase um quarto de século XXI, perceberemos que os (minguados) ganhos nas regiões que são alvos constitucionais da política regional brasileira (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) tiveram menos a ver com as políticas regionais e mais com os resultados de outras ações que não tinham o território como denominador comum. As regiões Norte e Centro-Oeste foram ativadas no modelo ambientalmente insustentável de inserção externa do país centrado em *commodities* agrominerais, e o Nordeste – até 2014 – por políticas sociais que lhe foram benéficas porque lhe ampliaram o mercado de consumo e a base produtiva através de uma tímida retomada do investimento.

Pergunto: é possível transformarmos social e territorialmente esse país de porte continental e inseri-lo de forma soberana na ordem global

sustentado por mercadorias de baixa intensidade tecnológica e que deixam um passivo ambiental elevado, em especial no caso da mineração?

Os crimes de Maceió, Brumadinho e Mariana ilustram como historicamente o território brasileiro foi tratado como uma máquina de acumulação capitalista sem garantir elevação do bem-estar para todos os grupos sociais. Há toda uma literatura latino-americana, desde as contribuições cepalinas que discutem os dilemas do nosso (sub)desenvolvimento e de nossa inserção na economia internacional. Hoje, ocorrem novas reflexões que questionam os impactos socioterritoriais do padrão de reprodução vigente e debatem questões como o pós-desenvolvimento, o neo-extratativismo e a decolonização; há uma literatura produzida no Sul Global que reivindica outro modelo socioeconômico para a América Latina.

Também precisamos refletir: as necessárias políticas sociais de transferência de renda se sustentam sem uma transformação profunda em nossa estrutura produtiva e no mercado de trabalho, que faça emergir empregos de maior qualidade e melhor remuneração, com alargamento do mercado interno? Para tanto, outro modelo socioeconômico deve ser construído.

É preciso lembrar que o Brasil cresce pouco há mais de quatro décadas e na segunda deste século praticamente não cresceu. É muito difícil imaginar que superaremos os dilemas de nossa formação socioespacial com uma taxa tão baixa de crescimento, especialmente com o esgarçamento federativo, cuja face mais lamentável, para mim, são as emendas parlamentares impositivas que se ampliaram muito nos últimos anos e concorrem com a União na definição das prioridades orçamentárias. É impossível fazer a coordenação federativa nessas condições. O desenvolvimento regional é sempre evocado por parlamentares de todos os partidos que fazem discursos regionalistas para justificarem a destinação de recursos públicos sem critérios razoáveis para seus territórios, mas poucos atrelam suas emendas aos objetivos da PNDR. Possivelmente a maioria parlamentar nem sabe de sua existência.

Não quero, com essa crítica indignada, deixar a impressão de que o problema regional é a falta de recursos. Ao contrário, houve crescimento

constante dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste neste século, mas eles financiam as mesmas atividades intensivas em natureza e desequilíbrios ambientais. Precisamos direcionar os recursos disponíveis para atividades intensivas em conhecimento e para aquelas que aproveitem a criatividade das nossas populações (rurais e urbanas) e que sejam aderentes à diversidade regional e ao alargamento dos circuitos locais e regionais de produção da riqueza. Creio que as discussões sobre economia popular e tecnociência solidária nos ajudam a pensar em alternativas de trabalho e renda para as áreas estagnadas.

Hoje o interior do país cresce muito mais que as áreas metropolitanas, porém pouco fica retido lá. Apesar de o padrão de reprodução do capital centrado em *commodities* exportáveis ser insuficiente macroeconomicamente para diversificar nossa base produtiva e nos direcionar para a produção de serviços avançados e generalizáveis para todo o aparelho produtivo, esse padrão promoveu certa desconcentração econômica e interiorizou o país. É preciso fazer políticas para diversificar esse Brasil profundo e interiorizado a partir da retenção de riqueza que ele gera.

O povo brasileiro, no campo e na cidade, sempre resolveu com criatividade a reprodução de sua vida, sem contar com políticas que lhe amparassem; é preciso aproveitar esse potencial criativo na formulação das políticas e direcionar recursos para atividades que são específicas dos lugares e que estão secularmente lá sem qualquer aparato técnico ou financeiro, mas que poderiam ser organizadas por meio de empreendimentos solidários ou autogestionários – que nunca são incentivados. Pior, quando chegam as atividades “dinâmicas” produtoras de *commodities* de exportação, essas pequenas atividades locais são desestruturadas, e a vida das comunidades interiorizadas é, muitas vezes, inviabilizada. Sobram para elas as políticas de transferência de renda.

O território não pode ser usado como uma máquina infinita de acumulação de capital, mas deve ser planejado e organizado como lócus de reprodução diversificada da vida nas diferentes regiões, de forma sustentável e respeitando as características e os limites dos nossos biomas. A vida tem que vir sempre antes do capital, e este deve se subordinar àquela. Esse deve ser o princípio norteador de qualquer política, inclusive das territoriais. Não

adianta retomar os investimentos públicos – como o novo Programa da Aceleração do Crescimento (PAC) – se for para aprofundar um modelo sustentado em mercadorias cujas produções destroem a natureza e a nossa diversidade regional, portanto, destroem a vida.

Entrevistadores. Partindo agora para um ponto específico, a expansão do ensino federal público realizado pelo Programa REUNI⁶ entre 2007 e 2013 representou uma importante desconcentração do ensino em regiões fora do eixo Sul-Sudeste e do interior em relação às capitais. Ademais, o Programa também proporcionou inclusão social e aumento de renda, bem como o incremento de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico (P&D) nessas áreas, podendo ser considerada uma política de médio e longo prazo para fortalecer a qualificação dos indivíduos para o mercado de trabalho e as estruturas (sub)regionais de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). **Em sua opinião, na nova estratégia do atual governo de Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026) caberia a retomada do REUNI em uma versão que atendesse as prioridades para a consolidação do ensino superior federal em recortes regionais/territoriais específicos, como a faixa de fronteira do Brasil? Seria possível, adicionalmente, considerar a demanda por reestruturação das redes urbanas nacional e macrorregionais por meio da desconcentração das estruturas de CT&I promovida pelo REUNI? Ou seja, como o REUNI poderia ser considerado como um dos eixos das políticas regional e urbana para o desenvolvimento do país?**

Carlos Brandão. Com certeza, o REUNI poderia ser um dos eixos fundamentais de apoio às políticas regional, rural, urbana e ambiental neste diverso e continental país. Seria fundamental acionar e mobilizar ativamente a Rede Federal (dialogando com as redes estaduais, comunitárias, confessionais e mesmo algumas privadas) de educação profissional, científica

6 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

e tecnológica e outras instituições em um esforço nacional de implantação efetiva de uma participativa e coordenada PNDP. Essa já densa rede tem o potencial para fortalecer o policentrismo e proporcionar um maior equilíbrio da rede urbana, impulsionando cidades intermediadoras, potencializar a rede universitária para entabular maiores trocas de informações e conhecimentos, desenvolvendo maior aderência, metabolismo e resiliência em relação às estruturas sociais, econômicas sua hinterlândia, fomentando a desconcentração do aparato de CT&I, o diálogo com as especificidades ambientais e socioterritoriais, promovendo maior coesão e inclusão social, racial, de gênero etc.

Além do ensino de qualidade, o pleno aperfeiçoamento da cidadania e a qualificação para o novo mundo do trabalho seria desejável que estas instituições cumprissem um papel de nucleação de reflexões fortalecedores de uma cidadania regional plena e democrática, debatendo e buscando diagnosticar os problemas e potencialidades da região. Dispondo hoje de grande capilaridade em todas as macrorregiões, com marcante capacidade de mobilização da juventude, estas instituições de ensino, pesquisa e extensão podem ter papel destacado no exame criterioso e bem fundamentado para a discussão democrática com a sociedade local acerca das potencialidades, problemas e dos destinos de cada território em que estejam atuando.

Quando se analisa a sua capacidade de mobilização, seu prestígio e o seu potencial de transformação *nos* e *dos* espaços urbano-regionais em que estão implantadas, sobretudo das unidades implantadas no interior do Brasil, muitas em cidades médias ou mesmo pequenas; ou quando se averiguam as virtualidades das instituições presentes na faixa de fronteira; ou aquelas vocacionadas à maior integração latino-americana; ou as com maior intercâmbio com a academia africana, dentre outras especificidades, percebe-se o papel de enorme transformação territorial da expansão da rede federal e estadual de CT&I já proporcionou e que ainda proporcionará para o verdadeiro desenvolvimento brasileiro.

A desconcentração do ensino, pesquisa e extensão vem favorecendo uma maior divisão inter-regional do trabalho, o aprimoramento da agregação de valor local, a melhoria das estruturas distributivas de renda e riqueza, o

fortalecimento de uma rede policêntrica de cidades, com o impulsionamento de alguns polos intermediários. As universidades e os institutos podem atuar na liderança de processos mobilizadores de estímulos nas bases socioeconômicas, no suporte ao maior entranhamento específicos e situados ecossistemas socioprodutivos locais, no adensamento de cadeiras produtivas, na diversificação produtiva e na geração de empregos de maior remuneração, nos efeitos distributivos de renda e no avanço da democracia e da justiça social, produzindo disputadamente novos espaços cidadãos.

Editais específicos de CT&I deveriam priorizar e fomentar ações de ensino, pesquisa e extensão sobretudo nas regiões mais conflituosas e vulnerabilizadas socioeconomicamente. A troca de experiências, os intercâmbios e as colaborações dinâmicas (entre as regiões brasileiras e entre estas e a América Latina e a África deveriam ser priorizadas). O diálogo interinstitucional, como demonstra o caso exitoso entre o Consórcio do Nordeste, suas instituições universitárias e de pesquisa e a recente constituição do IDENE (Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro) é o caminho promissor para a atuação coerente das instituições regionalizadas. Também na Amazônia e no Sul do país experiências de maior coerência acadêmica estruturada e coordenada tem se mostrado exitosas.

A instalação dos novos campi pode cumprir papel decisivo na expansão de outros serviços, bens e infraestruturas públicas e coletivas essenciais, fomentando, sobretudo os diálogos e interconexões entre educação, saúde, cultura e arte.

Outro ponto a se destacar é a produção científica de docentes e discentes que ampliaram e aprofundaram o conhecimento sobre a realidade especificada de cada desenvolvimento regional. São centenas e milhares de artigos, monografias, dissertações, teses e relatórios de pesquisa que contribuíram para o diagnóstico das dinâmicas, potencialidades e problemas regionais. Importante lembrar aqui os eventos científicos realizados nestes espaços organizados por estas instituições. Só para lembrar dois exemplos, os eventos da área da geografia e o encontro bianual do SEDRES (Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade), reunindo trabalhos e debates dos cursos de geografia e desenvolvimento regional (com destaque

para as universidades e seus cursos criadas nas últimas décadas) vem se consolidando e demonstrando a riqueza do conhecimento regional já acumulado e do debate vívido e nuançado com permanência.

Assim a expansão do ensino superior federal público realizado pelo programa REUNI entre 2007 e 2013, além de promover a expansão socioeconômica, a diversificação produtiva e do emprego de qualidade, a melhoria dos multiplicadores de consumo, dos serviços urbanos e da renda nas localidades em que se instalaram, ampliaram o conhecimento e a transferência de tecnologia, contribuíram para a estruturação de verdadeiros *locus* de enunciação e debate das problemáticas regionais, que são muito diferenciadas em cada espaço singular do continental território brasileiro. Todos estes processos virtuosos e arraigados, com permanência no tempo e no espaço, dependerão do amadurecimento e da capacidade destas unidades continuarem a realizar o engajamento social, nuclear a reflexão e o debate e com aderência e legitimação sociopolítica da comunidade regional, dinamizando o seu entorno e sua hinterlândia.

Clélio Campolina. A meu ver, a prioridade é consolidar as unidades já criadas e não a criação de um novo REUNI. A educação superior precisa ter certa centralidade, como ocorre nos países desenvolvidos. O Brasil possui uma rede de educação superior e de pesquisa qualificada, com unidades de alto padrão. A este respeito, o país está atualmente na 14^a. posição no *rank* mundial de produção científica, medida pelo número de artigos científicos publicados em inglês. O que se precisa, a meu ver, é de contínuo apoio às unidades de excelência para que elas continuem desenvolvendo ensino e pesquisa de alta qualidade e, apoio à consolidação das novas unidades criadas pelo REUNI ou de unidades anteriormente criadas, mas que não tenham atingido nível de excelência. Somente em casos excepcionais, mediante diagnóstico preciso, se deveria criar novas unidades.

Nessa mesma linha, a consolidação dos IFETs⁷ criados no mesmo

7 Institutos Federais de Educação, Ciência e Teologia, atualmente conhecidos como IFs.

período têm um papel fundamental na formação de recursos humanos qualificados, fundamentais para o desenvolvimento e modernização das diferentes atividades econômicas e de serviços.

No meu entendimento, o grande estrangulamento educacional brasileiro está na educação básica (pré-escola, primária e secundária). A prioridade seria a escola tempo integral, valorização financeira e social do professor, adequação da infraestrutura, campanha política e social para valorização da educação básica e da escola. Isto mobilizaria a sociedade e ampliaria o interesse pela carreira de professores da educação básica, como ocorre em vários países. Esta sim, precisa ter capilaridade e estar distribuída onde vive a população

Fernando Macedo. Gostaria de responder a essas questões com base em algumas reflexões que fizemos no livro que publiquei em 2023 e no que coorganizei em 2022 com Aristides Monteiro Neto e Danilo Jorge Vieira.⁸

O primeiro e mais importante ponto a destacar é que o ensino superior no país vivenciou mudanças estruturais importantes neste século, adquirindo maior escala, alcance social, diversificação e extensão territorial. A marca mais significativa desse processo foi a ampliação do acesso de jovens pretos, pardos, indígenas e pobres em todas as cinco macrorregiões, democratizando a educação terciária no Brasil, através de um inédito sistema de cotas e políticas de permanência universitária.

Conforme destaquei em meu livro,

houve aumento da capilaridade do ensino superior no Brasil, que atingiu localidades até então não contempladas por programas de graduação e de pós-graduação, chegando, inclusive, a centros funcionalmente inferiores

8 Em *Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI* (Macedo, 2023), ver, especialmente, o capítulo 8. Em *Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI* (Macedo; Monteiro Neto; Vieira, 2022), Ver, especialmente, a Introdução, o capítulo 1 e as Conclusões.

na hierarquia urbana. O número de municípios atendidos por algum curso de graduação presencial (público ou privado) no Brasil passou de 771 em 2000 para 1.112 em 2021.⁹ Na pós-graduação, o número de cidades atendidas por algum curso passou de 77 para 343, no mesmo período (Macedo, 2023, p. 278).

O setor público teve papel crucial nesse processo, seja por ampliar a oferta de vagas na graduação e na pós-graduação em suas instituições de ensino – cujo número de *campi* foi ampliado –, seja por direcionar fundos públicos para a rede privada, como foi o caso do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). A rede particular teve papel importante na desconcentração regional das matrículas na graduação, enquanto o setor público respondeu pela grande desconcentração na pós-graduação e nos grupos de pesquisa. Tudo isso ocorreu com ampliação mais que proporcional no número de matrículas das áreas não metropolitanas; houve, portanto, maior interiorização do ensino no país, o que é bom para a construção do Brasil policêntrico de que nos fala o professor Clélio Campolina.

Minha indagação sempre foi para que (e para quem) tais universidades existem e por que elas se expandiram, mesmo em contexto adverso?

Para o capital, exceto àquele ligado à educação, não faz sentido, uma vez que, no atual padrão de reprodução da economia brasileira - sustentado na superexploração da força de trabalho, na destruição da natureza e na crescente apropriação privada dos fundos públicos com ataque aos direitos sociais -, qualquer projeto republicano, inclusivo e territorialmente mais bem distribuído de educação superior, sobretudo pública, não seria uma prioridade. Não por acaso, desde o golpe de 2016 e especialmente no período 2019-2022, a prioridade do governo federal foi o desmonte de nossas universidades públicas. Como escrevi em meu livro,

9 Em 2020, esse número foi para 1.169. Caso sejam incluídas as graduações à distância, o número de municípios com matrículas passaria de 3 mil.

para esse modelo de país e de economia, não é preciso haver investimentos em formação de quadros qualificados, em pesquisa, em desenvolvimento ou em inovação, aspectos que podem ficar restritos a poucos segmentos; tampouco é necessário que tais investimentos sejam territorialmente menos desiguais (Macedo, 2023, p. 290).

No entanto, a história se move através de disputas e contradições, e, a despeito do avanço do neoliberalismo, uma parcela grande da população resiste e reivindica outro modelo de sociedade, que só será possível com outro modelo econômico no qual a universidade pública possa ser fator importante para a transformação socialmente emancipatória, que valorize e respeite nossa diversidade regional e faça dela um ativo importante de nossas políticas, como sempre reivindicou a professora Tânia Bacelar. Houve universidade, é bom que se diga, criada a partir das demandas de movimentos sociais. Esse é o princípio da universidade necessária, com a qual sonhou e pela qual lutou o mestre Darcy Ribeiro, embora saibamos da dificuldade de ela ser construída e subsistir na atual quadra histórica.

Interiorizar o ensino foi importante para que as políticas públicas fossem pensadas a partir dos territórios-alvo que hoje já estão em melhores condições para estudar e intervir em suas realidades, pois a desconcentração regional dos grupos de pesquisa foi uma marca evidente desse movimento. Hoje, há pesquisas de qualidade sendo realizadas fora dos grandes centros, e é preciso rever os critérios de distribuição dos recursos de nossas instituições de fomento e dos fundos públicos para o desenvolvimento regional. O Brasil não é só metrópole; aliás, as regiões metropolitanas nem são alvo prioritário da PNDR, porque representam as áreas de alta renda, embora concentrem, em termos absolutos, o maior número de empobrecidos.

É importante lembrar, no entanto, que não existe automatismo na relação universidade-território-desenvolvimento regional. A expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil neste século, tanto na graduação quanto na pós-graduação, criaram a possibilidade de construção de práticas mais adaptadas às diferentes realidades regionais e que podem vir a ser socialmente transformadoras. As novas Instituições de Ensino Superior (IES)

públicas já vêm demonstrando ser possível desenvolver iniciativas inovadoras, associadas a grupos sociais de seus territórios que reivindicam outra forma de reprodução da vida que não aquela imposta pelo grande capital. Temos, nessas novas instituições interiorizadas, embrionárias (mas importantes) ações extensionistas para fortalecimento de atividades de baixo impacto ambiental, centradas em tecnociência solidária, para as quais poderiam ser utilizados os recursos disponíveis para a política regional, valorizando a diversidade regional e as variadas formas de reprodução da vida, que não podem ser solapadas pelas atividades dominantes e homogeneizadoras do padrão de reprodução do capital vigente. As preocupações das IES nos grandes centros são outras, o que não significa que não sejam relevantes.

O processo de interiorização do ensino torna mais factível a valorização da diversidade regional, princípio defendido na PNDR, que se expressa nos saberes locais, na nossa riqueza cultural e ecológica e de formas alternativas de reprodução da vida. Daí nossa defesa à ideia de tecnociência solidária, apresentada por Renato Dagnino (2020; 2022), e não apenas à tradicional política de ciência, tecnologia e inovação para o grande capital ou para tentar mudar empresas avessas à inovação, que pouco funcionou no Brasil, embora precisemos insistir na mudança desse quadro de baixa propensão inovativa do setor privado.

Isso nos leva a pensar em outra forma de ensino, pesquisa e extensão de nossas universidades, que capte a secular experiência das populações regionais e urbanas na solução de seus problemas. Para tanto, a expansão com interiorização do ensino pode cumprir papel estratégico, especialmente por suas proximidades com as realidades locais.

Creio que os executores de nossa política regional, que são servidores públicos muito competentes capitaneados pela Adriana Melo, estão atentos para essas questões, pois a portaria n.º 1.642, de 9 de maio de 2023, instituiu o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR) no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). O PCDR busca uma aproximação das políticas do MIDR com os municípios, e procurará estabelecer parcerias diretas do ministério com instituições de ensino e pesquisa da rede federal de

ensino superior e tecnológico, para fortalecimento da capacidade dos entes federativos nas sub-regiões prioritárias da PNDR através de: assistência técnica; capacitação; extensão universitária; inovação na gestão; fortalecimento da governança; pesquisa e disseminação do conhecimento; aperfeiçoamento de instrumentos de arrecadação e de gestão de serviços; desenvolvimento de metodologias de monitoramento e avaliação de políticas e programas; e apoio à elaboração de projetos integrados para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial.

Outro modelo de economia e de sociedade é possível. Para tanto, é preciso construir e consolidar a tão sonhada universidade necessária com a qual sonhou e pela qual lutou o mestre Darcy Ribeiro.

Entrevistadores. As contribuições de Celso Furtado, Milton Santos, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Ignácio Rangel, dentre outros, fundamentaram um importante diagnóstico dos problemas brasileiros balizados pelo preâmbulo da compreensão da formação e da identidade do Brasil, invocando a ideia de projeto nacional como fundamental para superação do subdesenvolvimento, dependência e pobreza. Nos governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022) houve desmonte das instituições brasileiras voltadas para o desenvolvimento, no qual provocou a extinção de importantes ministérios, como o das Cidades, o do Desenvolvimento Agrário, o do Desenvolvimento Social, o do Trabalho, entre outros, provocando um enfraquecimento do planejamento. **Considerando esse passado recente, dos governos supracitados, quais são as expectativas para o atual governo de Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026) na organização de um pacto nacional democrático que priorize as demandas do povo brasileiro para a formulação e projeção para o desenvolvimento? Quais seriam as condições para fomentar um Projeto de Nação no Brasil como alternativa para superação das desigualdades sociais, espaciais e econômicas?**

Carlos Brandão. Dada a duradoura e profícua tradição, bem como da sólida contribuição acadêmica dos grandes intérpretes do desenvolvimento brasileiro, que refletiram sobre os dilemas e impasses da construção travada

da nação, certamente não é por falta de substantivos diagnósticos e suporte teórico e metodológico que não enfrentamos as forças retrógradas e não avançamos em um projeto nacional soberano e justo de desenvolvimento. Não é por carência de reflexão proporcionada por um patrimônio intelectual inigualável que a construção de um projeto de democratização de direitos e de superação das nossas heterogeneidades estruturais e a implementação de políticas territoriais não logram cumprir devidamente seus objetivos estabelecidos nos documentos governamentais de alta qualidade técnica.

O que se tem são estruturais obstáculos sociopolíticos e falta de sancionamento político para dar centralidade e consequência às políticas regionais na escala nacional. A correlação de forças políticas estabelecida impede que se supere a situação de um ambiente econômico de baixo crescimento de um país com potentes mecanismos autoreforçadores das estruturas reprodutivas das múltiplas expressões de desigualdades, opressões e destituições. Ao mesmo tempo, a democracia tem demonstrado recorrentemente sua fragilidade, inclusive frente ao tema sensível da legitimação de suportes de solidariedades inter-pessoais-classiais e inter-regionais e de um pacto federativo mais consistente e dotado de justiça social, intergeracional e espacial.

A experimentação em políticas territoriais em diversas escalas e níveis de governo ocorrida na primeira década do século XXI foi desmantelada, com a destruição deliberada de mecanismos, aparatos e instituições públicas, durante o retrocesso democrático que ocorreu entre 2016 e 2022. O desmonte institucional gerou a reversão de alguns resultados que estavam em processo na redução das desigualdades inter-regionais e interpessoais. Com o reentrincheiramento sociopolítico e a difícil, tensa e disputada reconstrução nacional iniciada em 2023, mesmo em um ambiente hostil, uma série de iniciativas com repercussão socioterritoriais se encontram em gestação e em processo.

Os anteparos para que se desconstruam e deslegitem os atendimentos pontuais e “de balcão” são fracos. As tentativas de mitigar a prática de emendas parlamentares que pulverizam recursos e conspiram contra as concepções com visão nacionalizada de conjunto, dificultam que a PNDR se consolide e ganhe centralidade na estratégia nacional de

desenvolvimento de mais longa duração.

Foi longo o aprendizado para se construir o dia a dia das estratégias regionais do governo federal. Um ponto desafiante é a necessidade permanente de diálogo ativo com os estados da federação sobre a definição das prioridades sub-regionais (nas escalas microrregional e supralocal, sobretudo) buscando assegurar que estas tenham consonância com o planejamento estadual e nacional. Também são constantes os embates para tentar vencer o caráter setorial, fragmentado e pontual das ações públicas dos vários ministérios, procurando construir uma maior capacidade de organizar e hierarquizar uma agenda territorializada de políticas públicas convergentes e coordenadas espacialmente. Da mesma forma, se coloca a premência em se avançar nas articulações entre os dois entes federativos subnacionais, dando destaque aos centros urbanos intermediários e às regiões metropolitanas. Esses espaços comandam subredes estratégicas de cidades com suas hinterlândias, ao mesmo tempo que apresentam conexões com as mais variadas ruralidades e sua relação com as cidades-locais. Assim, o incitamento ao diálogo regional entre os níveis federativos é decisivo.

Na verdade, há consciência das dificuldades da construção das escalas supra-locais, micro e meso regionais no contexto do pacto federativo brasileiro. A reforma tributária em curso e seus desdobramentos e impactos futuros deverá receber grande atenção neste projeto perene de aprimoramento da política regional. A questão dos fundos constitucionais e do próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional é decisiva neste contexto. No contexto da PNDR, a efetiva instalação da Câmara de Políticas Regionais deveria ser uma prioridade. Uma recente iniciativa, muito importante, foi o Decreto n.º 11.495, de 18 de abril de 2023, que instituiu o Conselho Federativo, que reúne representantes do Governo Federal, de estados e municípios para articular e pactuar estratégias e ações de interesse comum com foco no desenvolvimento sustentável e na redução das desigualdades sociais e regionais.

Permanece o enorme desafio de construção de uma maior legitimação, na sociedade e no(s) governo(s) [nacional e estaduais] da *questão regional*, que inerentemente deveria ser tratada como uma questão [estrutural] de Estado. É na luta cotidiana, nos gabinetes, parlamentos e, sobretudo, na

sociedade que se deve amparar e sancionar politicamente, na prática concreta, o modo transversal, multidimensional e transescalar de tratamento da questão regional brasileira e de atuação das políticas públicas no(s) território(s) voltadas para a transformação social. Recursos financeiros, humanos, culturais, discursivos e políticos precisam ser ampliados e mobilizados. A Presidência da República e a Casa Civil deveriam coordenar esse fortalecimento institucional, trazendo e mobilizando atores políticos de prestígio e autoridade para sustentarem a implementação de uma verdadeira estratégia nacional de desenvolvimento regional.

Em suma, avançamos nos detalhes da proposição de uma sofisticada política regional. Falta a força da decisão política central e atores comprometidos em implementá-la e transformá-la em estratégia de Estado.

O contexto de disputas nos níveis geopolítico, geoeconômico e geocultural internacional, bem como os desafios da transição ambiental-ecológica-inovacional abrem oportunidades e desafios para o Brasil encontrar nichos, brechas e possibilidades de uma inserção mais soberana e ativa no concerto das nações. Ao mesmo tempo, é preciso angariar forças políticas internas e externas para que se defenda e assegure o avanço democrático, o combate às destituições de direitos e às múltiplas e multifacetadas desigualdades, legitimando um projeto de nação mais solidária, fraterna e justa.

Clélio Campolina. Pela experiência acumulada, pela capacidade de articulação política e pelo seu compromisso social e democrático, a gestão do Governo Lula para o período 2023-2026 tem todas as condições de construir e implementar um projeto de Nação com profundas mudanças estruturais que combinem desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental.

Retomando as várias teses sobre as interpretações estruturais do subdesenvolvimento brasileiro, formuladas por Celso Furtado, Milton Santos, Florestam Fernandes, Darcy Ribeiro, Ignácio Rangel, entre outros, e suas atualizações à luz dos novos desafios e potencialidades, ao lado das mudanças estruturais internas, o país terá também um papel de destaque na nova ordem econômica e política global.

Destaquemos algumas das condições estruturais que indicam a viabilidade e o imperativo dessas transformações. Em primeiro lugar, apesar dos desacertos governamentais dos últimos anos, o Brasil é a décima economia mundial, com potencial para elevar sua posição nos próximos anos.

Do ponto de vista interno, destacam-se seu tamanho geográfico e populacional, o avanço de sua base científica e tecnológica, sua estabilidade democrática, seu patrimônio ambiental e sua biodiversidade. Este último indica seu potencial de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, econômica e social e, capacidade de geração de energia limpa.

Do ponto de vista internacional, pela possibilidade da mudança de sua posição relativa na ordem econômica e política mundial, considerando a solidez da estrutura democrática do país e sua preparação para assumir posição de liderança diante das diferentes crises políticas e militares contemporâneas (Guerra da Ucrânia, Conflito Árabe Israelense, tensão econômica e política entre Estados Unidos e China, crise econômica da União Europeia, entre outras). Em contraste, o Brasil mantém relações amigáveis com todos os países e em condições de assumir papel de destaque na integração latino-americana e, em especial, com o restante da América do Sul.

Embora persistam grandes desigualdades macrorregionais, a questão das desigualdades sociais e regionais ganham novas características. Atualmente, a maior concentração da pobreza está na periferia das grandes metrópoles, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, seguidas pelas demais metrópoles.

Por outro lado, as macrorregiões com menor nível de desenvolvimento econômico, como o Nordeste e a Amazônia, possuem amplos ativos ambientais, os quais indicam o potencial de desenvolvimento com sustentabilidade e geração de energia limpa. Assim, o aproveitamento sustentável desse patrimônio permitiria a elevação da renda e melhoria das condições sociais da população dessas regiões, redesenhando o mapa econômico e social do país.

Além da concentração da pobreza nas grandes metrópoles, o maior desafio estrutural para o desenvolvimento brasileiro é a deficiência da educação básica. Para sua solução, entendemos que os requisitos são a

adoção de escola tempo integral em todos os níveis (da creche à educação secundária), valorização financeira e social dos professores e do pessoal auxiliar às funções educacionais, ampliação e adequação da infraestrutura, valorização social e política da educação básica e da escola.

A título de ilustração, comparemos duas políticas sociais básicas: saúde e educação. A melhoria das condições de saúde da população beneficia todas as camadas sociais e não encontra nenhum obstáculo político. Ao contrário, a melhoria da educação básica encontra um forte obstáculo, não explícito, de parcela das camadas sociais mais aquinhoadas, pelo receio de perderem a oferta de trabalho barato, especialmente para atividades domésticas.

Fernando Macedo. Um pacto nacional democrático é uma forma de mobilização e chamamento à ação de atores estratégicos da sociedade civil para adesão e execução de propostas concretas amplamente discutidas para alcançar fins preestabelecidos acordados de forma comum entre eles. A questão-chave é justamente definir esses fins. Afinal, se o que se almeja é o desenvolvimento, é sempre bom lembrar que ele não é um processo harmonioso; ao contrário, pressupõe estabelecimento de prioridades, o que sempre redundará em rupturas com a ordem vigente e tensões entre grupos sociais com interesses antagônicos.

Não há construção de uma sociedade justa, igualitária e ambientalmente sustentável sem o desmonte das estruturas (inclusive de poder e do capital) que emperram o nosso desenvolvimento. As políticas públicas em geral, e a regional em particular, devem atuar para modificar as anacrônicas estruturas (agrária, urbana, produtiva, educacional etc.) que mantêm esse país como um dos mais desiguais e injustos do mundo.

É impossível tratar de forma igual os desiguais na construção de uma sociedade justa que supere as mazelas do nosso subdesenvolvimento. Se, a longo prazo, espera-se ganho para todos os grupos, a curto e médio prazos é preciso definir o público-alvo das políticas públicas. Para mim, um projeto de nação no Brasil passa justamente por atender as demandas das camadas sociais que historicamente ficaram à margem dos benefícios do progresso técnico e dos ganhos civilizacionais que emergiram com a urbanização da sociedade. Garantir saúde e educação públicas de qualidade, fornecer

serviços de atendimento à terceira idade, prover habitação e transporte público decentes, garantir o direito à cidade para todos, criar condições para que formas alternativas de produção para além do capital subsistam e prosperem - esses deveriam ser objetivos inegociáveis de nossas políticas públicas. Para tanto, é preciso cada vez mais Estado.

Estado forte não é Estado gigante, porém um Estado capaz de garantir a oferta de serviços públicos que melhorem as vidas das pessoas, nos campos e nas cidades, e alarguem seus horizontes de possibilidades. Reorganizar as instituições públicas e fortalecer os instrumentos de ação do Estado, iniciativas aliadas à valorização dos servidores públicos, é fundamental nesse processo. Não há pacto nacional ou projeto de nação sem isso.

* * *

A seguir evidenciamos alguns aspectos abordados por Carlos Brandão, Clélio Campolina Diniz e Fernando Macedo, buscando fazer uma “bricolagem” para ressaltar a possível síntese das entrevistas.

É evidente nas palavras dos entrevistados a coerência na matriz teórica de Celso Furtado. Ambos dialogam sobre perspectivas que podem ser elencadas como categorias analíticas para Celso Furtado, quais sejam: diagnóstico das desigualdades; função do Estado; ações e políticas públicas para a sociedade; a transdisciplinaridade; o pacto federativo e o projeto de nação.

Essas categorias analíticas formam uma agenda de pesquisas que pode adensar a discussão do regional e ampliar o cânone teórico a partir das novas configurações do capital e, conseqüentemente, das problemática que se concretizam nos territórios.

A organização de diagnósticos para compreensão das problemáticas são incisivas ao considerar enfraquecido o diálogo federativo, subjacente ao fortalecimento das disputas dentro das arenas de poder na Câmara dos Deputados e no Senado, ao pulverizar recursos de emendas parlamentares que dificultam que a PNDR se consolide como estratégia nacional de desenvolvimento.

Também se ressalta o posicionamento do Estado como ente máximo do planejamento, capaz de alterar os rumos das desigualdades regionais, desde que haja o concerto entre as instituições de planejamento e ações de forma contundente. Os autores referenciam a necessidade de projetar um planejamento de curto, médio e longo prazos, com o fortalecimento de instituições tradicionais, como o IBGE, o IPEA, as Superintendências de Desenvolvimento Regional (Sudene, Sudeco e Sudam), os bancos regionais BNB e Basa, os bancos de investimentos, como o BNDES, além do BB, com ênfase nas especificidades territoriais emanadas pelo patrimônio ambiental e da biodiversidade. A PNDR pode ser uma importante chave de política de transformação da sociedade combinada com instituições que potencializam as dimensões do desenvolvimento, como as Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo as públicas, fortalecendo o cânone democrático aliada à ampliação da qualificação e formação da cidadania da população.

O desenvolvimento regional demanda a coordenação de ações do Estado em uma estratégia que combine as múltiplas escalas e multiníveis do Estado na promoção da democracia e fortalecimento da cidadania. Evidentemente que o Estado representa a estrutura institucional que regula as ações fundamentada em seus próprios instrumentos. Assim, sobressaem-se os Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs) e as Superintendências Regionais, direcionadas para as atividades econômicas. Porém, sem deixar de se posicionar como central no planejamento, é possível articular tais instrumentos e instituições de desenvolvimento regional com programas como Cidades Intermediadoras, além de diversos planos macrorregionais e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Na perspectiva dos entrevistados, a base para o desenvolvimento e a conscientização da democracia e cidadania é a valorização da escola, considerada um vetor múltiplo, pois permite a inserção e imersão dos alunos(as) conscientes que há possibilidade de desenvolvimento fora da matriz de exploração intensiva dos recursos naturais com prejuízos para o meio ambiente, a exemplo das *commodities* da soja, da cana de açúcar, da pecuária e a extração de minério e petróleo. Com base nisso, os ativos ambientais reorganizados e pontuados como potenciais para o desenvolvimento e geração de energia limpa podem ser um vetor para o

desenvolvimento. Válido lembrar que a política deve ser posicionada como transversal, multidimensional e transescalar no tratamento das desigualdades e, são nestes aspectos, que a interiorização do ensino superior pode ser um ativo para a colaboração do Brasil policêntrico, com formação profissional e desenvolvimento de pesquisas de qualidade fomentadas no interior do Brasil.

O pacto federativo e o projeto de nação são resgatados como chave para superação das desigualdades regionais e fratura do diálogo federativo, como incentivo para o fortalecimento de consensos, sejam em âmbito regional, como o Consórcio do Nordeste, ou em âmbito nacional, por intermédio de uma política nacional que possa combinar uma interface de diálogo político nas esfera do poder do governo federal e entre as unidades federativas, consubstanciada pelos projetos econômicos fortalecidos pelos instrumentos de desenvolvimento regional. Há forte aposta na criatividade do povo brasileiro na formulação de experiências para superação das assimetrias territoriais, emanada pelos empreendimentos fortalecidos pelos empreendimentos solidários.

Referências

DAGNINO, R. *Tecnociência Solidária — um manual estratégico*. Marília, PR: Lutas Anti Capital, 2020.

DAGNINO, R. *Para explicar a tempestade e sulear a bonança*. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

DINIZ, C. C. A Questão Territorial e o Desenvolvimento Brasileiro: a busca de um país policêntrico. In: DELFIM NETO, A. et al. (Orgs.). *O Brasil no século XXI*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MPOG. *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*. Brasília: CGEE-MPOG, 2008.

MACEDO, F. C. *Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI*. Campina Grande: EDUEPB, 2023. Disponível em: <https://eduepb.uepb.edu.br/e-books/>; <https://zenodo.org/records/8273390>. Acesso em out. 2024.

MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (Orgs.). *Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI*. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11150>. Acesso em out. 2024.